



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

MENSAGEM

**PLANO PLURIANUAL
2010-2013**

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual 2010-2013 – PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal direta e indireta para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, em consonância com o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Este plano contempla os avanços e as mudanças que o governo propõe para a sociedade portoalegrense, visando a promover o desenvolvimento da cidade, com inovação, sustentabilidade ambiental e foco em quem mais precisa, de modo a garantir mais qualidade de vida para todos.

O plano expressa, também, o compromisso de Governo assumido com a sociedade, à medida que enfatiza o modelo de gestão, adotado desde 2005, como instrumento de modernização da máquina pública, buscando eficiência para prestar mais e melhores serviços à comunidade. Igualmente, destaca a vocação da população de Porto Alegre para a democracia participativa que, no âmbito governamental, se organiza e mobiliza as comunidades por meio de processos como o Orçamento Participativo e a Governança Solidária Local. O conceito de governança, construído e praticado, consolidou-se como uma nova metodologia participativa, um novo modo democrático de tomar decisões, conforme explicitado adiante.

O Plano Plurianual é um instrumento de médio prazo, elaborado de forma estratégica pelo Poder Executivo, que se destina a orientar e ordenar as ações governamentais no atingimento dos objetivos fixados para um período de quatro anos. Neste instrumento serão detalhados os programas estratégicos, desdobrados em projetos especiais e ações, devidamente identificados e relacionados aos Orçamentos Anuais.

A execução da atuação governamental sob a forma de programas tem por finalidade, além de atender os dispositivos legais, melhorar os resultados da administração e dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos. A adoção da metodologia do orçamento-programa está plenamente consolidada, garantindo, na prática, a transversalidade da administração municipal. Para tanto, aos programas e às ações estão associados atributos que permitem o gerenciamento e a avaliação dos resultados pretendidos.

A exemplo do PPA 2006-2009, novamente para o presente Plano, o Executivo Municipal propiciou à população uma forma moderna de se manifestar sobre as políticas públicas e as ações governamentais, mediante a utilização da Internet, em pesquisa

disponibilizada no portal da PMPA, além daquela oportunizada por meio de formulário impresso, distribuído nas reuniões do Orçamento Participativo. As manifestações serviram de subsídios para a elaboração do PPA 2010-2013.

Tabela 01 - Pesquisa do Plano Plurianual 2010-2013 na Internet

TEMA Ambiental (Urbano) - Resultado Apresentado em Percentual	%
Problemas	
1º Habitação	29,77
2º Saneamento (drenagem, tratamento de esgotos)	17,27
3º Pavimentação de vias	16,68
4º Iluminação pública	9,98
5º Praças, parques, áreas de lazer	9,15
6º Transporte	9,09
7º Abastecimento de água	8,07
Total	100,00
TEMA Econômico - Resultado Apresentado em percentual	%
Problemas	
1º Qualificação/Capacitação para o trabalho	35,01
2º Geração de trabalho e renda	34,50
3º Apoio a negócios	18,92
4º Apoio ao microcrédito	11,57
Total	100,00
TEMA Social - Resultado Apresentado em percentual	%
Problemas	
1º Assistência social (infância e adolescência, terceira idade)	24,31
2º Saúde (Consultas, postos, hospitais, outros)	22,74
3º Educação (Jovens e adultos, especial, infantil, fundamental)	17,22
4º Creches	13,54
5º Segurança pública	11,80
6º Centros comunitários (Equipamentos de lazer e recreação, esportivos)	6,39
7º Cultura	2,87
8º Juventude	1,14
Total	100,00

A pesquisa, exposta na tabela 01, apontou os seguintes resultados nos eixos Ambiental, Econômico e Social.

O Plano Plurianual está recebendo aperfeiçoamentos, mas mantém os mesmos objetivos que pautaram o PPA 2006-2009, a saber:

- a) propiciar a integração e a compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento - Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual;
- b) organizar em programas todas as ações do Governo que resultem em bens ou serviços para atendimento de demandas da sociedade;
- c) assegurar que os programas estejam alinhados com as diretrizes de governo e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos;
- d) proporcionar a alocação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objetivos e diretrizes estabelecidos no PPA e com o desempenho obtido na execução dos programas;
- e) melhorar o desempenho gerencial da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados;
- f) permitir a avaliação de desempenho dos programas em relação aos objetivos e metas especificados no Plano;
- g) oferecer elementos para relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da atuação do governo;
- h) criar condições para a melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;
- i) dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos.

O PPA mantém a forma de apresentação coerente com o modelo de gestão, em que os programas se situam em nível hierárquico de programação mais elevado do que os órgãos executores. As ações foram concentradas em 12 programas estratégicos, eliminando-se áreas de sobreamento e ajustando-se o foco da atuação governamental, sem prejuízos para quaisquer dos setores ou dos segmentos de público atendidos. Mantiveram-se, integralmente, as premissas básicas do modelo de gestão, a saber:

- a transversalidade, que articula a integração de várias secretarias e órgãos na execução das ações de cada programa;

- a territorialidade, que leva em conta, na execução das ações, as 17 regiões do município; e
- a transparência, que permite a todos os cidadãos acompanharem no Portal de Gestão (www.portoalegre.rs.gov.br/portaldegestao) o andamento dos programas e os resultados gerados.

Nesse contexto, a reformulação e redistribuição dos programas mantiveram os eixos de atuação do modelo. O eixo Social comporta quatro programas: *Lugar de Criança é na Família e na Escola, Porto da Inclusão, A Receita é Saúde e Vizinhaça Segura*; o eixo Ambiental conta com três programas: *Porto do Futuro, Cidade Integrada e Transforma Porto Alegre*; o eixo Econômico-financeiro é constituído de três programas: *Cresce Porto Alegre, Cidade Inovadora e Mais Recursos, Mais Serviços*; por fim, o eixo de Gestão é integrado por dois programas: *Gestão Total e Cidade Solidária e Participativa*.

Os programas como o *Integrado Entrada da Cidade (PIEC)*, *Integrado Sócio Ambiental (PISA)*, *Viva o Centro*, *Orçamento Participativo* e *Governança Solidária Local*, pelo seus históricos, importância e dimensão passaram à condição de projetos especiais, inseridos dentro dos 12 programas estratégicos.

Consolidar a Governança Solidária Local como conceito e prática é um compromisso renovado neste novo ciclo de Governo. Tal desafio é cotidiano e permanente, dada a percepção de que as ações dele decorrentes são fundamentais para diversificar, ainda mais, a extensa rede de participação social portoalegrense e exercitar a construção de consensos e parcerias em torno de projetos de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A experiência histórica da cidade de Porto Alegre, no campo da democracia participativa, tem como seu maior expoente o Orçamento Participativo, processo pioneiro que completa 20 anos de debate direto com a população e na deliberação sobre o uso dos recursos públicos. A capacitação dos agentes públicos e dos atores sociais desta rede de participação é meta primordial para o Governo, diante da crescente demanda pela qualificação de processos internos e externos.

A tradição democrática da Cidade inspirou a reflexão sobre novos modelos participativos, capazes de produzir resultados não necessariamente vinculados aos recursos públicos. As ações da Governança Solidária Local ultrapassam as fronteiras das receitas governamentais, mas se constituem, também, em grande aliado do Orçamento Participativo na consecução e efetivação das demandas locais, gerando potencial colaborativo que auxilia no aprimoramento dessa histórica referência de participação da cidade.

A Governança Solidária Local investe na transformação das comunidades, fazendo com que transportem seus focos de reivindicação para a iniciativa, da cobrança reivindicatória para uma atitude corresponsável e participativa. Apesar do tempo relativamente pequeno de implantação, a Governança Solidária Local, constituída em programa desde 2005 e agora assumindo a condição de projeto especial, já

demonstra ser um instrumento eficaz para a mobilização do cidadão, para geração de capital social e para a consolidação da gestão democrática da cidade.

Em 2008, o programa foi o responsável pela seleção do Município entre 106 propostas, representando 87 cidades, para a Expo Shanghai 2010, evento internacional que destaca as melhores práticas urbanas sob o tema “Melhor Cidade, Melhor Vida”. Porto Alegre foi a única cidade que apresentou programa de desenvolvimento local com ênfase na democracia participativa.

A Governança Solidária Local, ao unificar as forças das comunidades, da iniciativa privada e do poder público em torno de projetos coletivos de desenvolvimento, inclusão social e sustentabilidade, estimula a compreensão de que o exercício da cidadania requer, sobretudo, atitude responsável e propositiva.

Por um lado, incorporando modernas ferramentas de gestão e, por outro, investindo na parceria entre o Poder Público e a sociedade, sem abrir mão da indispensável intermediação do Legislativo Municipal, pretende-se, nos próximos quatro anos, produzir as melhorias necessárias no atendimento à saúde, nos cuidados com a infância e a adolescência, nas ações comunitárias e preventivas para mais segurança, na proteção ao meio ambiente, no incentivo ao desenvolvimento gerador de emprego e renda, no apoio à inovação e ao empreendedorismo, bem como na execução das demandas de infraestrutura.

Deve ser ressaltado, de modo especial, o grande desafio que a administração municipal decidiu enfrentar no período de vigência deste PPA: a elevação, de 27% para 77%, da capacidade de tratamento de esgotos (Projeto Integrado Socioambiental (PISA), superando antecipadamente as metas do milênio, estabelecidas pela ONU, e resgatando a balneabilidade do Lago Guaíba.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

O cenário da economia mundial, neste primeiro semestre de 2009, demonstra que, de modo geral, os prognósticos iniciais sobre a chamada crise dos financiamentos hipotecários subestimaram seus efeitos.

Muitos analistas adotavam a tese do *descolamento*, entendimento de que, por se tratar de um problema restrito a um segmento específico da economia americana - o mercado financeiro - os reflexos da crise, fora dos Estados Unidos da América - EUA, não seriam intensos. Não é isso o que se constata, atualmente.

A propagação da crise para o setor produtivo, causada pela falta de financiamentos e pela queda nas exportações, manifesta-se nos mais diferentes países.

O efeito primário da crise foi a drástica redução da liquidez e o aumento da aversão ao risco, que inviabilizam diversos setores da economia, sobretudo aqueles cujos negócios dependem de financiamentos. As consequências disso são cortes na produção, fechamento de unidades industriais e demissão de grandes contingentes de trabalhadores.

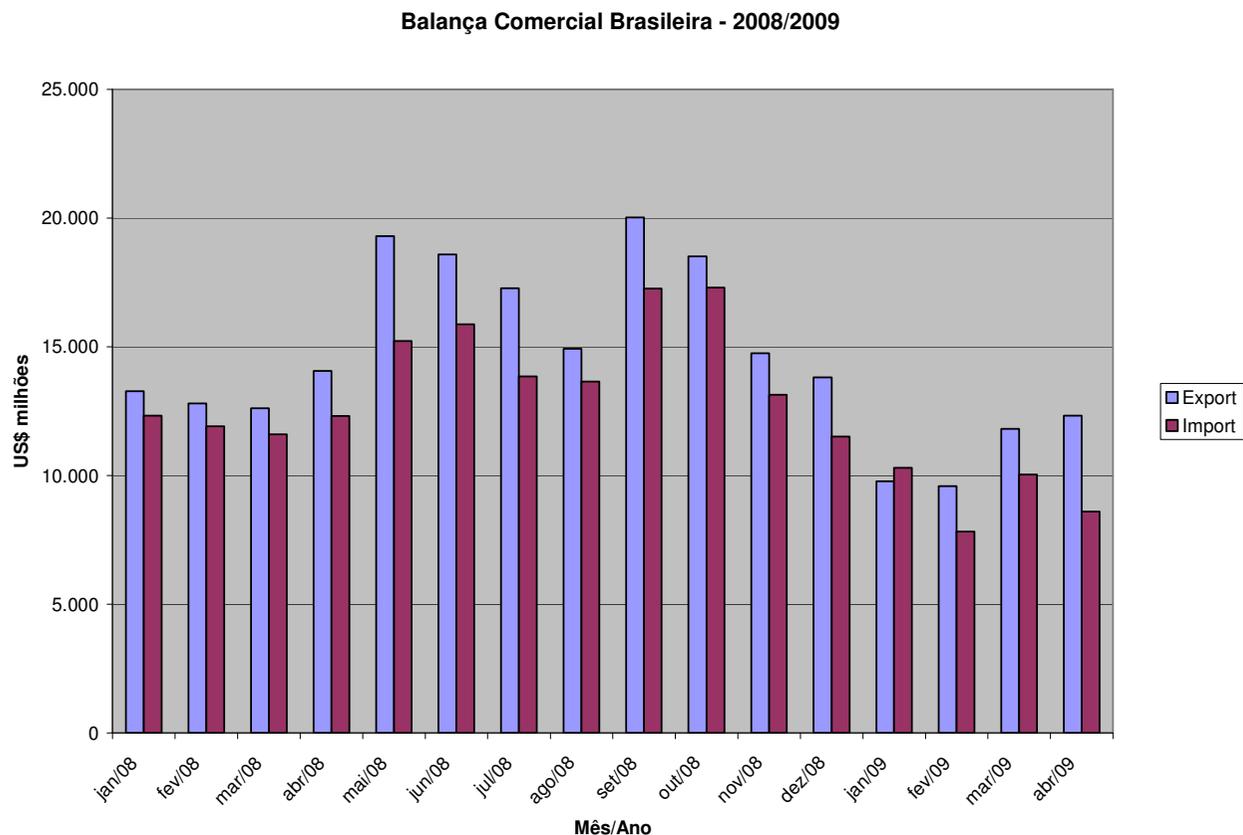
Estimativas recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma retração de 1,3 % do PIB global e uma redução de 11 % no comércio internacional, em 2009. Para 2010, as projeções já são menos sombrias. É mais ou menos consensual, no meio econômico, que alguns indicadores sinalizam, para 2010, o início da reativação, ainda lenta, da atividade econômica. Existe o temor de que a recuperação venha a ser retardada em função de desequilíbrios na gestão fiscal de vários países, provocados pelas ações de política contracíclica, os quais determinariam medidas restritivas à atividade econômica, como o aumento da taxa de juros para controle da inflação.

De modo geral, as expectativas quanto à recuperação de ritmo da atividade econômica no âmbito mundial estão condicionadas, em larga medida, à capacidade que a economia dos EUA vier a demonstrar na superação de suas atuais dificuldades - como queda do investimento e do consumo e aumento do desemprego – tendo em vista sua expressiva participação no comércio internacional. Também importante, embora com menor peso relativo, é a expectativa quanto à capacidade dos países emergentes, sobretudo a China, de preservarem a sua capacidade de importação e, assim, contribuírem para uma reativação mais rápida dos fluxos de comércio externo.

A economia brasileira, a exemplo da maioria dos países emergentes, vem refletindo a crise econômica internacional, embora o sistema financeiro nacional não tenha sofrido abalo de confiança.

Dado revelador do impacto da crise internacional sobre a economia brasileira é a evolução trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008: enquanto a média de crescimento nos três primeiros trimestres foi de 6,37 %, no quarto trimestre, a taxa caiu para 1,3 %. Movimento nesse mesmo sentido, porém com queda ainda mais acentuada, verifica-se com a arrecadação das receitas federais: enquanto,

em 2008, o crescimento em relação a 2007, foi de 7,68 %, no período de janeiro a abril de 2009, houve queda de 7,1 %, em termos reais, em relação a igual período de 2008. Esse comportamento da arrecadação, em 2009, reflete a queda na produção industrial e nas importações e um crescimento menor, embora ainda positivo, nas vendas do varejo. O gráfico a seguir ilustra a evolução da balança comercial a partir de janeiro de 2008, evidenciando os efeitos da crise a partir do último trimestre de 2008 e em 2009.



Segundo a Pesquisa Focus, promovida pelo Banco Central junto ao mercado, a projeção do PIB para 2009 indica uma redução de 0,44 % e, para 2010, crescimento de 3,5 %. Esses resultados previstos estão associados às projeções para a produção industrial, quais sejam: retração de 4,13 %, em 2009, e crescimento de 4 %, em 2010.

Apesar da forte redução nos fluxos de comércio internacional, no primeiro quadrimestre de 2009, ainda foi obtido um pequeno superávit na balança comercial brasileira e foi mantido o nível das reservas internacionais próximo a US\$ 200 bilhões.

Relativamente às contas externas, a pesquisa Focus, já referida, projeta superávits na Balança comercial de US\$ 22 bilhões, para 2009, e de US\$ 15 bilhões, para 2010. Já para o saldo em conta corrente são previstos déficits, em 2009 e 2010, de US\$ 20 bilhões e de US\$ 23 bilhões, respectivamente.

Divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as estatísticas relativas ao emprego na indústria são reveladoras da retração em marcha: com seis quedas mensais consecutivas, no período de outubro de 2008 a março de 2009, o índice acumulou 5,8 % de queda. O primeiro trimestre de 2009 acumula queda de 4 %, sobre igual período de 2008.

A evolução recente da economia gaúcha reproduz, em linhas gerais, o mesmo padrão da economia brasileira, qual seja: redução do crescimento do PIB, retração da atividade industrial e das exportações e perdas na arrecadação de tributos.

Alguns indicadores como o Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o volume de exportações do Rio Grande do Sul, cuja evolução trimestral em 2008 está demonstrada na tabela 02 abaixo, evidencia o impacto da crise sobre a economia do Estado. A expressiva participação relativa dos segmentos voltados à exportação na formação do produto industrial gaúcho foi determinante para que o setor fosse atingido de forma mais intensa do que a indústria em nível nacional.

Tabela 02 - Índice Trimestral de Atividade Produtiva e Exportações do RS – 2008

Indicadores	1º trim 2008	2º trim 2008	3º trim 2008	(%) 4º trim 2008
ITAP RS	4,1	3,7	5,9	-3,7
ITAP da Agropecuária	-6,2	-4,3	5,7	-0,7
ITAP DA Indústria	6,2	4	11,3	-7,8
ITAP DE Serviços	4,8	4,5	4,7	-1,3
Exportações (volume)	1,6	-1,1	-11,9	-14,5

Fonte: FEE - Carta de Conjuntura FEE - Abril 2009

Nota: Taxas de crescimento sobre igual período de 2007.

Com relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), não obstante a arrecadação do Estado ter registrado crescimento real de 8,98 %, em 2008, sua trajetória ao final do ano já era de declínio e, no primeiro quadrimestre de 2009, acumula uma redução real de 2,90 %, embora no mês de abril tenha registrado crescimento de 2,24 %, percentuais estes calculados sobre igual período do ano anterior. Por outro lado, segundo informação veiculada recentemente no site da Secretaria da Fazenda do Estado, as transferências da União para o Estado do Rio Grande do Sul têm registrado forte queda, em 2009.

Diante desse cenário das economias nacional e estadual e com base nas projeções para os próximos anos, foram projetadas as receitas e despesas para o quadriênio 2010-2013, de forma a atender as necessidades de serviços e investimentos da população portoalegrense.

3. RECEITA

A receita estimada para o período 2010-2013, que monta em R\$ 15,1 bilhões, encontra-se exposta na tabela 03 a seguir discriminada, através das categorias econômicas.

Do montante supra, as Receitas Correntes, no valor de R\$ 14,3 bilhões, constituem-se as principais fontes de recursos para o financiamento dos gastos de manutenção. As Receitas de Capital, no valor de R\$ 721,8 milhões, compreendem, basicamente, os investimentos. Já as Receitas Correntes Intraorçamentárias, no valor de R\$ 865,4 milhões, destinam-se ao financiamento dos gastos de previdência. As Deduções da Receita Corrente, que perfazem R\$ 723,2 milhões, representam os valores destinados por lei para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Tabela 03 – Receitas por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
Receitas Correntes	3.336.352	3.492.570	3.633.512	3.812.552	14.274.984	94,29
Receita de Capital	278.728	224.088	126.095	92.964	721.875	4,77
Receitas Correntes Intraorçamentárias	202.719	211.584	220.790	230.288	865.380	5,72
(-) Deduções Receita Corrente	(172.440)	(177.296)	(182.013)	(191.490)	(723.240)	(4,78)
TOTAL	3.645.358	3.750.946	3.798.384	3.944.313	15.139.000	100,00

A tabela 04, a seguir, mostra as receitas por fontes. Nesta, destacam-se, sobre o total da receita, as Transferências Correntes com 42,09%, a Receita Tributária com 31,73 % e a receita de Serviços com 10,71%.

Tabela 04 – Receitas por Fonte

R\$ mil						
FONTES	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
Receita Tributária	1.129.559	1.172.891	1.221.364	1.279.634	4.803.449	31,73
Receita de Contribuições	126.882	132.437	138.194	144.135	541.647	3,58
Receita Patrimonial	47.671	51.006	54.661	58.508	211.846	1,40
Receita de Serviços	380.363	396.521	413.382	430.782	1.621.049	10,71
Transferências Correntes	1.499.540	1.557.031	1.615.690	1.699.725	6.371.985	42,09
Outras Receitas Correntes	152.337	182.684	190.221	199.767	725.009	4,79
Operações de Crédito	268.582	213.421	119.667	85.979	687.651	4,54
Alienação de Bens	3.472	3.773	4.108	4.463	15.816	0,10
Amortizações de Empréstimos	1.960	2.130	2.320	2.521	8.931	0,06
Outras Receitas de Capital	4.713	4.764	-	-	9.477	0,06
Receitas Correntes Intraorçamentárias	202.719	211.584	220.790	230.288	865.380	5,72
(-) Deduções Receita Corrente	(172.440)	(177.296)	(182.013)	(191.490)	(723.240)	(4,78)
TOTAL	3.645.358	3.750.946	3.798.384	3.944.313	15.139.000	100

A tabela 05, a seguir, agrupa a receita em Próprias, Transferências, Operações de Crédito, Receitas Correntes Intraorçamentárias e Deduções da Receita Corrente. As Receitas Próprias, que são as receitas sobre as quais o Município possui autonomia para a sua arrecadação, somam R\$ 7,9 bilhões, o que corresponde a 52,37% do total da receita. As Receitas de Transferências, que compreendem aquelas que, por força de dispositivo constitucional federal ou por dispositivo legal infraconstitucional, pertencem ao Município ou lhe são transferidas pela União ou pelo Estado, somam R\$ 6,4 bilhões, o que corresponde a 42,15% do total da receita. As receitas de operações de crédito, que são aquelas contraídas mediante financiamentos e destinadas a obras de infraestrutura, perfazem R\$ 687,6 milhões, o que corresponde a 4,54% do total da receita. As Receitas Correntes Intraorçamentárias, que somam R\$ 865,4 milhões, correspondem a 5,72% do total da receita e as Deduções da Receita, que somam R\$ 723,2 milhões, correspondem a -4,78% do total da receita.

Tabela 05 – Receitas Próprias, Transferências, Operações de Crédito, Receitas Correntes Intraorçamentárias e Deduções da Receita

R\$ mil						
RECEITAS	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
PRÓPRIAS	1.842.244	1.941.442	2.024.250	2.119.812	7.927.749	52,37
IPTU	273.423	271.941	281.227	290.637	1.117.228	7,38
IRRF	125.906	134.598	141.619	148.912	551.035	3,64
ITBI	156.750	173.398	178.884	184.411	693.443	4,58
ISS	484.184	497.517	521.949	547.254	2.050.904	13,55
TAXAS	89.297	95.438	97.686	108.420	390.840	2,58
Receita de Contribuições	126.882	132.437	138.194	144.135	541.647	3,58
Receita Patrimonial	47.671	51.006	54.661	58.508	211.846	1,40
Receita de Serviços	380.363	396.521	413.382	430.782	1.621.049	10,71
Demais Receitas Próprias	157.769	188.587	196.650	206.752	749.758	4,95
TRANSFERÊNCIAS	1.504.252	1.561.794	1.615.689	1.699.724	6.381.460	42,15
FUNDEB	119.598	129.979	141.587	153.877	545.042	3,60
FPM	163.292	172.466	177.868	183.307	696.933	4,60
SUS	470.282	490.975	512.234	534.209	2.007.701	13,26
ICMS	506.514	515.479	526.516	555.217	2.103.726	13,90
IPVA	174.215	179.336	185.353	197.441	736.345	4,86
Demais Transferências	70.352	73.559	72.131	75.672	291.714	1,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	268.583	213.422	119.667	85.979	687.650	4,54
RECEITA CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	202.719	211.584	220.790	230.288	865.380	5,72
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(172.440)	(177.296)	(182.013)	(191.490)	(723.240)	(4,78)
TOTAL	3.645.358	3.750.946	3.798.384	3.944.313	15.139.000	100,00

4. DESPESA

A tabela 06, a seguir, detalha a despesa por programas. Nesta, destacam-se os programas A Receita é Saúde, com R\$ 3,9 bilhões, correspondendo a 25,97% do total da despesa; Gestão Total, com R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a 19,12% do total da despesa; e Lugar de Criança é na Família e na Escola, com R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a 17,66% do total da despesa.

Tabela 06 – Despesas por Programas de Governo

PROGRAMAS	R\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
A Receita é Saúde	912.037.130	959.055.385	1.003.620.000	1.056.505.649	3.931.218.164	25,97
Cidade Inovadora	5.900.000	6.797.250	7.534.500	8.131.750	28.363.500	0,19
Cidade Integrada	413.660.456	441.399.063	459.357.538	492.165.195	1.806.582.252	11,93
Cidade Solidária e Participativa	33.580.870	32.704.250	33.208.572	34.619.878	134.113.570	0,89
Cresce Porto Alegre	22.434.473	24.433.034	24.163.095	26.069.393	97.099.995	0,64
Gestão Total	679.807.201	705.117.144	739.220.072	770.974.655	2.895.119.072	19,12
Lugar de Criança é na Família e na Escola	626.202.365	654.339.874	681.929.686	710.549.408	2.673.021.333	17,66
Mais Recursos Mais Serviços	310.113.105	336.679.794	343.611.339	368.525.227	1.358.929.465	8,98
Porto da Inclusão	136.133.686	150.751.674	158.809.748	165.995.841	611.690.949	4,04
Porto do Futuro	1.428.431	630.290	504.281	278.442	2.841.444	0,02
Transforma Porto Alegre	358.706.287	267.409.277	148.370.932	95.968.088	870.454.584	5,75
Vizinhança Segura	51.727.283	54.409.045	57.273.769	60.069.425	223.479.522	1,48
Câmara Municipal	78.754.000	82.220.000	85.780.000	89.460.000	336.214.000	2,22
SUBTOTAL	3.630.485.287	3.715.946.080	3.743.383.532	3.879.312.951	14.969.127.850	98,88
Reserva de Contingência	14.872.415	35.000.000	55.000.000	65.000.000	169.872.415	1,12
TOTAL	3.645.357.702	3.750.946.080	3.798.383.532	3.944.312.951	15.139.000.265	100,00

A tabela 07, a seguir, apresenta a discriminação da despesa, através das categorias econômicas Despesas Correntes, Despesas de Capital e Reserva de Contingência. As Despesas Correntes, que agrupam o conjunto das despesas de pessoal e encargos sociais, juros e outras despesas correntes, somam a importância de R\$ 12,9 bilhões, com uma participação relativa de 85,68% sobre a despesa total. As Despesas de Capital, que agrupam o conjunto de despesas de investimentos, de inversões financeiras e de amortização da dívida, totalizam a quantia de R\$ 1,9 bilhões, com uma participação relativa de 13,20% sobre a despesa total. A Reserva de Contingência, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, soma a importância de R\$ 169,9 milhões, com uma participação relativa de 1,12% sobre a despesa total.

Tabela 07 – Despesas por Categorias Econômicas

CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
Despesas Correntes	3.038.726.542	3.173.679.334	3.298.452.704	3.459.821.101	12.970.679.681	85,68
Despesas de Capital	591.758.745	542.266.746	444.930.828	419.491.850	1.998.448.169	13,20
Reserva de Contingência	14.872.415	35.000.000	55.000.000	65.000.000	169.872.415	1,12
TOTAL	3.645.357.702	3.750.946.080	3.798.383.532	3.944.312.951	15.139.000.265	100,00

A tabela 08, a seguir, demonstra a discriminação das operações de crédito e respectivas contrapartidas, destinadas a investimentos, com destaque para os recursos do Programa Integrado Socioambiental – PISA, que visa à promoção de ações de recuperação do meio ambiente degradado, dando ênfase a recuperação da balneabilidade do Lago Guaíba, no montante de R\$ 368,7 milhões; do Projeto Portais da Cidade, que objetiva aumentar a acessibilidade, mediante a integração do sistema de transporte, no valor de R\$ 172,0 milhões e do Programa Integrado Entrada da Cidade – PIEC, que prevê a urbanização dos bairros Humaitá, Navegantes e Farrapos, no montante de R\$ 130,2 milhões.

PROJETOS	2010			2011			2012			2013			TOTAL		
	Operações de Crédito	Contrapartida	Total	Operações de Crédito	Contrapartida	Total	Operações de Crédito	Contrapartida	Total	Operações de Crédito	Contrapartida	Total	Operações de Crédito	Contrapartida	Total
PISA (1)	100.788	72.715	173.503	109.648	30.128	139.776	16.699	27.814	44.513	10.965	-	10.965	238.099	130.658	368.757
Reluz	8.545	2.848	11.393	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.545	2.848	11.393
PAC	35.357	6.138	41.495	30.794	4.523	35.317	8.501	1.024	9.525	428	533	961	75.080	12.218	87.298
PIEC	17.509	30.044	47.554	17.841	20.294	38.136	14.294	18.632	32.926	10.086	1.498	11.583	59.730	70.468	130.198
Portais	21.500	-	21.500	32.250	-	32.250	53.750	-	53.750	64.500	-	64.500	172.000	-	172.000
PAC DMAE	13.611	1.512	15.123	3.454	384	3.838	-	-	-	-	-	-	17.065	1.896	18.961
TOTAL	197.310	113.258	310.567	193.987	55.330	249.317	93.244	47.470	140.714	85.979	2.030	88.009	570.519	87.430	788.607

(1) Nas contrapartidas do Programa Integrado Socioambiental - PISA estão incluídos R\$ 117,1 milhões, provenientes de financiamentos junto a Caixa Econômica Federal.

A tabela 09, a seguir, apresenta o demonstrativo da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE e nas Ações de Serviços Públicos de Saúde – ASPS, em cumprimento aos dispositivos constitucionais vigentes.

Tabela 09 – Demonstrativo dos Dispositivos Constitucionais da Educação e da Saúde – Período 2010-2013

Origem	Valor - R\$ mil	Aplicação	Valor - R\$ mil	%
Impostos Próprios	4.412.609	MDE	2.191.266	26,00
Transferência de Impostos	3.616.199	ASPS	1.607.477	19,07
Dívida de Impostos e Acessórios	399.138			
Total	8.427.946		3.798.743	